

BNH: Problemas com a casa própria continuarão

BRASÍLIA (O GLOBO) — Caso o Governo Federal mantenha a atual política de reajustes salariais desatrelada dos percentuais utilizados para a correção monetária, as dificuldades causadas anualmente pelo aumento da prestação da casa própria, adquirida através do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), vão se repetir no futuro.

A advertência foi feita ontem pelo Presidente do Banco Nacional da Habitação (BNH), José Lopes de Oliveira, em depoimento que durou mais de quatro horas, na Comissão de Legislação do Senado.

— Tenho o dever de divulgar — afirmou — que o SFH poderá ruir se não for encontrada uma solução para seus problemas estruturais.

Segundo José Lopes de Oliveira, nas atuais condições de funcionamento, o sistema terá apenas mais um ano de vida normal, já que os mutuários não disporão de renda suficiente para acompanhar a correção do preço da UPC, estabelecido com base na correção monetária do valor da ORTN.

Apesar dos artifícios criados para suavizar o reajuste da casa própria, o Presidente do BNH alertou para o fato de que o conjunto de providências não solucionou os problemas existentes no setor. Pela

primeira vez o SFH chegou a uma difícil situação de descompasso, decorrente da forma de reajustamento das prestações e da fórmula adotada para a indexação salarial.

Durante sua exposição, José Lopes de Oliveira explicou que o sistema tem como pilares o FGTS, as cadernetas de poupança e o retorno dos investimentos, abalados, no entanto, pelo desemprego, pela inflação e pela inadimplência.

Após frisar que a questão do desemprego não é de responsabilidade do Ministério do Interior, o Presidente do BNH ressaltou que sua intensidade e permanência quebrarão o equilíbrio do FGTS. Em relação às cadernetas de poupança, admitiu que a criação de incentivos aumentou sua competitividade, mas reconheceu que, a prevalecer a alta da inflação, as cadernetas aguentarão somente em função de medidas de emergência.

Quanto ao retorno dos investimentos, o Presidente do BNH salientou que estará comprometido caso a inadimplência (atualmente em torno de 18 por cento) continue crescendo. Para ele, no entanto, os mutuários poderão pagar suas prestações em dia utilizando os novos mecanismos adotados pelo Governo.